



# PREGÃO ELETRÔNICO

**PROCESSO Nº 055/2026**

## **CONTRATANTE**

Município de Aracitaba– CNPJ Nº 17.747.940/0001-41

## **OBJETO**

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

## **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ **1.624.797,70** (um milhão, seiscentos e vinte e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais, setenta centavos)

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 01/06/2026 às 09h (horário de Brasília)**

## **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

MENOR PREÇO por ITEM

## **MODO DE DISPUTA:**

ABERTO

**TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO, SIMPLIFICADO PARA ME/EPP**  
SIM

## SUMÁRIO

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	15
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	17
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	18
11. DOS RECURSOS.....	19
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	22
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	22

# EDITAL

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 055/2026**

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE ARACITABA-MG**, inscrito no CNPJ sob o nº 17.747.940/0001-41, por meio do Departamento de Licitações e Contratos, sediado à Praça Barão de Montes Claros, nº 16, Centro, ARACITABA-MG, realizará licitação, para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, de forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 023/2022, e demais legislações aplicáveis, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Aquisição de material de construção para diversos setores da administração municipal**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2.2. Não será admitida a utilização do presente Registro de Preços por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.6.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela

aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.2 e 3.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.11. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.12. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.12.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.12.2. A participação na licitação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte regionalizadas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto Municipal nº 2.802, de 21 de novembro de 2023.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucedirá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.10.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário do item;
- 5.1.2. Marca e modelo, no que couber;
- 5.1.3. Fabricante, no que couber;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante **não** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar

do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência, integrante ao presente Edital.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será

realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Tratando-se de licitação em lote, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia e atualizada pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade, para fins de definição de preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.

6.22.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas)**

**horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha orçamentária de custos;

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída ou verificada pela apresentação do registro cadastral no SICAF, nos documentos por ele abrangidos, observando-se estritamente o prazo de validade nos níveis cadastrados.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia – cuja prova de autenticidade poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal – ou no caso de documentos extraídos de sistemas informatizados (internet), através da verificação de sua autenticidade por meio eletrônico, nos termos da legislação vigente.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração conjunta, nos moldes do ANEXO III, aduzindo, dentre outras questões, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência

somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Art. 64 da Lei 14.133/21):

8.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cujo prazo de validade encontra-se nele fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

- 9.3. A Ata de Registro de Preços será assinada, obrigatoriamente, por meio de assinatura digital.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantos forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de ARACITABA-MG (<https://www.aracitaba.mg.gov.br/>).
- 9.6. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes no cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
  - 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
  - 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
  - 10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.
- 10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de ARACITABA, localizado na Praça Barão de Montes Claros, nº 16, Centro, ARACITABA-MG.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à

autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

- a) Em campo específico, através do Portal de Compras Públicas.
- b) Extraordinariamente, em caso de indisponibilidade do referido portal, mediante comprovação, através do e-mail [licitacao@aracitaba.mg.gov.br](mailto:licitacao@aracitaba.mg.gov.br), desde que contenha assinatura digital dos documentos;

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Aracitaba(<https://www.aracitaba.mg.gov.br/>), através de solicitação formal pelo e-mail ([licitacao@aracitaba.mg.gov.br](mailto:licitacao@aracitaba.mg.gov.br)) ou no Departamento de Licitação e Contratos, com sede na Praça Barão de Montes Claros, nº 16, Centro, ARACITABA-MG, CEP: 36.255-000.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Declaração Conjunta;

ARACITABA-MG, 12 de maio de 2026.

Jadilson Campos Braga  
Secretário Municipal Obras e Serviços Públicos

Visto

---

Agnelo Sad Junior

OAB nº 88.382/MG

**ANEXO I - Termo de Referência****TERMO DE REFERÊNCIA****I – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. **Aquisição de materiais de construção em atendimento às necessidades da Administração Pública Municipal**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

<b>Produto</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
BRAÇO P/ CHUVEIRO 40 CM	50,00	Unidade	R\$ 12,89	R\$ 644,50
ABRAÇADEIRA PLASTICA TIPO ENFORCA GATO NYLON 280 MM X 3,5 MM	1.000,00	Unidade	R\$ 1,01	R\$ 1010,00
ADAPTADOR COM ROSCA PVC MARROM 3/4	100,00	Unidade	R\$ 2,20	R\$ 220,00
ALICATE DE PRESSÃO	5,00	Unidade	R\$ 40,33	R\$ 201,65
ADAPTADOR 3/4	300,00	Unidade	R\$ 3,01	R\$ 903,00
ADAPTADOR DE PVC 1/2	100,00	Unidade	R2,79	R\$ 279,00
ADAPTADOR PVC 25MM	100,00	Unidade	R\$ 1,03	R\$ 103,00
adesivo epoxi	25,00	Unidade	R\$ 28,02	R\$ 700,50
AGUARRÁS	100,00	Unidade	R\$ 28,39	R\$ 2839,00
ALICATE DE REBITE	3,00	Unidade	R\$ 40,26	R\$ 120,78
ALICATE ELETRICISTA UNIVERSAL	3,00	Unidade	R\$ 37,18	R\$ 111,54
ANEL DE REDUÇÃO RIGIDO SOLDÁVEL PARA AGUA FRIA 25/20 MM NBR 5648	100,00	Unidade	R\$ 3,20	R\$ 320,00
ANEL DE REDUÇÃO RIGIDO SOLDAVEL PARA AGUA FRIA 50 MMX32 MM NBR 5648	100,00	Unidade	R\$ 10,26	R\$ 1026,00
ANEL DE VEDAÇÃO VASO SANITÁRIO	60,00	Unidade	R\$ 10,52	R\$ 631,20
ANCINHO COM CABO	20,00	Unidade	R\$ 37,00	R\$ 740,00
APLICADOR DE SILICONE	20,00	Unidade	R\$ 41,87	R\$ 837,40
ARAME FARPADO 259 METROS	20,00	Rolo	R\$ 255,60	R\$ 5112,00
ARAME FARPADO 400 METROS	20,00	Rolo	R\$ 429,84	R\$ 8.596,80

ARAME GALVANIZADO	200,00	Unidade	R\$ 21,90	R\$ 4380,00
ARAME RECOZIDO	200,00	Quilograma	R\$ 19,41	R\$ 3882,00
AREIA	1.000,00	Metro Cúbico	R\$ 137,91	R\$ 137.910,00
ARGAMASSA 20 KG	1.000,00	Saco	R\$ 20,88	R\$ 20.880,00
ASSENTO PARA VASO SANITARIO	30,00	Unidade	R\$ 38,80	R\$ 1164,00
AZULEIJO DE PAREDE CLASSE A	1.500,00	Unidade	R\$ 37,43	R\$ 56,145,00
BALDE DE OBRA 12 LT	50,00	Unidade	R\$ 14,14	R\$ 707,00
BARRA ROSQUEADA 3/4	50,00	Unidade	R\$ 36,36	R\$ 1.818,00
BARRA ROSQUEADA DE 1/2	50,00	Unidade	R\$ 23,14	R\$ 1.157,00
Barra rosqueada 3/8	50,00	Unidade	R\$ 12,77	R\$ 638,50
BASCULHANTE 0,40X0,40	30,00	Unidade	R\$ 80,47	R\$ 2414,10
BARRA ROSQUEADA DE 5/16	50,00	Unidade	R\$ 9,41	R\$ 470,50
BASCULHANTE 0,80X0,80	30,00	Unidade	R\$ 177,30	R\$ 5.672,10
BASCULANTE 1,00X1,00	30,00	Unidade	R\$ 254,79	R\$ 7.643,70
BASCULANTE PARA BANHEIRO 0,60X0,60	30,00	Unidade	R\$ 100,26	R\$ 3007,80
Bisnaga tinta para latex pva	40,00	Unidade	R\$ 8,41	R\$ 336,40
Bloco de cimento 40x20x15	8.000,00	Unidade	R\$ 4,02	R\$ 32.160,00
bloco de cimento 4/10	10.000,00	Unidade	R\$ 3,68	R\$ 36.800,00
boia de 1/2	50,00	Unidade	R\$ 29,66	R\$ 1483,00
Bolsa de vedação para caixa acoplada	50,00	Unidade	R\$ 16,64	R\$ 832,00
BOTA CANO BAIXO	200,00	Unidade	R\$ 59,50	R\$ 11900,00
BOTA CANO LONGO PRETA PLASTICA	100,00	Unidade	R\$ 73,40	R\$ 7.340,00
BOTINA DE SEGURANÇA	250,00	Unidade	R\$ 78,42	R\$ 19605,00
Broxa para caiação	30,00	Unidade	R\$ 17,64	R\$ 529,20
Bucha com parafuso 8	2.000,00	Unidade	R\$ 1,99	R\$ 3980,00
Bucha com parafuso 10	2.000,00	Unidade	R\$ 4,48	R\$ 8960,00
Bucha de redução 3/4 para 1/2	500,00	Unidade	R\$ 4,81	R\$ 2.405,00

Bucha de redução de 50 para 3/4	100,00	Unidade	R\$ 7,11	R\$ 711,00
Bucha para torneira	200,00	Unidade	R\$ 1,75	R\$ 350,00
Cabo para machado	15,00	Unidade	R\$ 40,74	R\$ 611,10
Cadeado 50 mm	25,00	Unidade	R\$ 43,49	R\$ 1087,25
Cadeado grande 40 mm	25,00	Unidade	R\$ 35,74	R\$ 893,50
Cadeado 30 mm	25,00	Unidade	R\$ 28,55	R\$ 713,75
Caixa d'agua 1000 l	30,00	Unidade	R\$ 464,86	R\$ 13945,80
Caixa d'agua 500 l	30,00	Unidade	R\$ 303,58	R\$ 9.107,40
Caixa de descarga completa 9 litros	30,00	Unidade	R\$ 52,45	R\$ 1.573,50
Caixa de gordura 250x230x75	30,00	Unidade	R\$ 102,60	R\$ 3078,00
Caixa de laje	250,00	Unidade	R\$ 20,42	R\$ 5.105,00
caixa sanfonada	50,00	Unidade	R\$ 28,75	R\$ 1.437,50
Caixa sifonada 10x10	30,00	Unidade	R\$ 26,08	R\$ 782,40
Caixa sifonada 15x15	30,00	Unidade	R\$ 52,12	R\$ 1563,60
Caixinha de parede chapa 2x4	300,00	Unidade	R\$ 6,06	R\$ 1818,00
Cal para massa de 20 kilos	1.000,00	Unidade	R\$ 21,28	R\$ 21.280,00
Cal para pintura 8 kg	120,00	Unidade	R\$ 17,30	R\$ 2076,00
Câmara de ar de carrinho de mão	30,00	Unidade	R\$ 32,59	R\$ 971,10
Carrinho de mão de ferro	5,00	Unidade	R\$ 259,85	R\$ 1299,25
Cavadeira de ferro	10,00	Unidade	R\$ 101,63	R\$ 1016,30
Cavadeira paceta	5,00	Unidade	R\$ 52,98	R\$ 264,90
CHAVE DE FENDA	20,00	Unidade	R\$ 10,66	R\$ 213,20
CHAVE DE GRIFO	10,00	Unidade	R\$ 68,20	R\$ 682,00
CHUVEIRO TIPO DUCHA 127 V	50,00	Unidade	R\$ 75,05	R\$ 3753,50
CIMENTO CP 2	3.000,00	Unidade	R\$ 35,22	R\$ 105.660,00
Cola 200 g cascola	30,00	Unidade	R\$ 26,40	R\$ 792,00
Cola Pincel	50,00	Unidade	R\$ 33,91	R\$ 1695,50
Colher de pedreiro	20,00	Unidade	R\$ 37,82	R\$ 756,40
Conduite 1/2 amarelo 100 mm	30,00	Unidade	R\$ 81,88	R\$ 2.456,40
Cone de sinalização	10,00	Unidade	R\$ 50,30	R\$ 503,00

Corda de seda 19 mm	2.000,00	Unidade	R\$ 8,27	R\$ 16540,00
Corda de seda branca 12 mm	2.000,00	Unidade	R\$ 7,57	R\$ 15140,00
Corrente para motoserra 34 dentes	10,00	Unidade	R\$ 186,49	R\$ 1864,50
Curva 90 ° PVC RIGIDO PARA ESGOTO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO, COR BRANCA 40MM NBR 5688	120,00	Unidade	R\$ 14,97	R\$ 1.796,40
Curva 90 ° pvc rigido soldável para agua fria 20 mm nbr 5648	120,00	Unidade	R\$ 7,64	R\$ 916,80
Curva 90 ° pvc rigido soldável para agua fria 25 mm nbr 5648	120,00	Unidade	R\$ 6,76	R\$ 811,20
Curva 90 ° pvc rigido soldável para agua fria 32 mm nbr 5648	120,00	Unidade	R\$ 12,05	R\$ 1446,00
Curva 90 ° pvc rigido soldável para agua fria 50 mm	120,00	Unidade	R\$ 14,82	R\$ 1.778,40
Curva 90 ° pvc rigido soldável para agua fria 100mm	120,00	Unidade	R\$ 17,07	R\$ 2.048,40
Curva 90 ° para esgoto primario e secundário cor branca 150mm nbr 5688	120,00	Unidade	R\$ 115,31	R\$ 13.837,20
Curva esgoto 100	100,00	Unidade	R\$ 16,62	R\$ 1.662,00
Desengripante Anti Ferrugem	10,00	Unidade	R\$ 20,29	R\$ 202,90
Disco de Corte pequeno de esmilhadeira	100,00	Unidade	R\$ 7,56	R\$ 756,00
Disco de corte para lixadeira pequena	100,00	Unidade	R\$ 6,08	R\$ 608,00
Disco de desgaste de ferro 4,5	100,00	Unidade	R\$ 13,03	R\$ 1.303,00
Disco de policorte	100,00	Unidade	R\$ 16,37	R\$ 1.637,00
Disco Seco para cortar cerâmica	100,00	Unidade	R\$ 17,02	R\$ 1.702,00
Dobradiça de Porta	60,00	Unidade	R\$ 15,61	R\$ 936,60
ELETRODO 2,5 MM	50,00	Caixa	R\$ 30,82	R\$ 1541,00
ELETRODO DE 4MM	50,00	Caixa	R\$ 45,34	R\$ 2267,00
Enxada 03 libras	15,00	Unidade	R\$ 58,67	R\$ 880,05
Enxada	15,00	Unidade	R\$ 49,88	R\$ 748,20
Escada de Abrir 7 degraus	3,00	Unidade	R\$ 153,99	R\$ 461,97

Escova de aço	50,00	Unidade	R\$ 13,73	R\$ 686,50
Espaçador/distanciador	100,00	Unidade	R\$ 16,71	R\$ 1671,00
Espute para vaso	30,00	Unidade	R\$ 3,80	R\$ 114,00
Fechadura de tambor	100,00	Unidade	R\$ 73,07	R\$ 7.307,00
Filtro entrada de agua para bebedouro	15,00	Unidade	R\$ 299,65	R\$ 4.494,75
Filtro para torneira	12,00	Unidade	R\$ 41,34	R\$ 496,08
filtro para bebedouro wp200	12,00	Unidade	R\$ 77,64	R\$ 931,68
filtro bebedouro wp 230	12,00	Unidade	R\$ 101,47	R\$ 1217,64
Fita Isolante 20 m	30,00	Unidade	R\$ 15,46	R\$ 463,80
Fita veda rosca	100,00	Unidade	R\$ 5,17	R\$ 517,00
Fita zebrada	50,00	Unidade	R\$ 10,83	R\$ 541,50
Flange de 1/2	50,00	Unidade	R\$ 14,68	R\$ 734,00
Foice gavião	30,00	Unidade	R\$ 68,13	R\$ 2043,90
Forro pvc	30,00	Unidade	R\$ 39,07	R\$ 1.172,07
Grampo de cerca	50,00	Quilograma	R\$ 23,50	R\$ 1.178,50
Janela de ferro 1 x 1	40,00	Unidade	R\$ 266,63	R\$ 10.665,20
Joelho 45° PVC rígido p/ esgoto primário e secundário cor branca 100 mm NBR 5688	120,00	Unidade	R\$ 5,65	R\$ 678,00
Joelho 45° PVC rígido p/ esgoto primário e secundário cor branca 150 mm NBR 5688	120,00	Unidade	R\$ 42,71	R\$ 5125,20
Joelho 45° PVC rígido p/ esgoto primário e secundário cor branca 40mm NBR 5688	120,00	Unidade	R\$ 4,83	R\$ 579,60
Joelho 45° PVC rígido p/ esgoto primário e secundário cor branca 50mm NBR 5688	120,00	Unidade	R\$ 6,01	R\$ 721,20
Joelho 45° PVC rígido soldável p/ água fria 20mm NBR 5648	120,00	Unidade	R\$ 2,18	R\$ 261,60
Joelho 45° PVC rígido soldável p/ água fria 25mm NBR 5648	120,00	Unidade	R\$ 1,82	R\$ 218,40
Joelho 45° PVC rígido soldável p/ água fria 32mm NBR 5648	120,00	Unidade	R\$ 5,87	R\$ 704,40
Joelho 90° PVC rígido soldável	120,00	Unidade	R\$ 1,26	R\$ 151,20

p/ água fria 20mm NBR 5648				
Joelho 90° PVC rígido soldável p/ água fria 25mm NBR 5648	120,00	Unidade	R\$ 3,02	R\$ 302,40
Joelho 90° PVC rígido soldável p/ água fria 32mm NBR 5648	120,00	Unidade	R\$ 5,06	R\$ 607,20
Joelho 90° PVC rígido soldável p/ água fria 50mm NBR 5648	120,00	Unidade	R\$ 5,03	R\$ 603,60
JOELHO 90 PVC 40MM	120,00	Unidade	R\$ 2,51	R\$ 301,20
JOELHO 90 PVC ESGOTO 100MM	120,00	Unidade	R\$ 7,73	R\$ 927,60
JOELHO AZUL DE 1/2	120,00	Unidade	R\$ 5,68	R681,60
JOELHO DE 100 COM VISITA PARA 50	100,00	Unidade	R\$ 21,37	R\$ 2167,00
JOELHO DE 1/2	100,00	Unidade	R\$ 2,09	R\$ 209,00
Joelho soldável de 3/4	120,00	Unidade	R\$ 3,30	R\$ 396,00
JOGO DE CHAVE PHILIPS	5,00	Unidade	R\$ 75,59	R\$ 377,95
LAJOTA 20X30	25.000,00	Unidade	R\$ 2,05	R\$ 51.250,00
LAMINA PARA ROÇADEIRA COSTAL	20,00	Unidade	R\$ 37,41	R\$ 748,20
LIMA CHATA	50,00	Unidade	R\$ 20,61	R\$ 1080,50
LIMPA PISO DESINCROSTANTE	10,00	Unidade	R\$ 245,31	R\$ 2453,10
LIQUIDO BRILHO 18L	20,00	Unidade	R\$ 377,90	R\$ 7.558,00
Lixa d'agua	200,00	Unidade	R\$ 1,93	R\$ 386,00
LIXA DE FERRO N80	200,00	Unidade	R\$ 2,95	R\$ 590,00
LIXA DE PAREDE N100	200,00	Unidade	R\$ 5,22	R\$ 1044,00
LIXA DE PAREDE N50	100,00	Unidade	R\$ 1,24	R\$ 124,00
LIXA FERRO N100	100,00	Unidade	R\$ 4,00	R\$ 400,00
LONA PRETA 100X8,00	250,00	Unidade	R\$ 27,65	R\$ 6890,00
LUVA ANTI CORTE	25,00	Unidade	R\$ 35,73	R\$ 893,25
LUVA COM BANHO NITRICO 9,5	25,00	Unidade	R\$ 20,87	R\$ 521,75
LUVA DE CORRER PVC MARROM 3/4	100,00	Unidade	R\$ 9,67	R\$ 967,00
LUVA DE CORRER PVC	100,00	Unidade	R\$ 5,84	R\$ 584,00

MARROM 50				
Luva De Raspa	20,00	Unidade	R\$ 13,03	R\$ 260,60
LUVA EM LATEX NITRILICO 9	50,00	Unidade	R\$ 11,70	R\$ 585,00
LUVA PVC LISA DE 3/4	100,00	Unidade	R\$ 3,75	R\$ 375,00
LUVA PVC LISA MARROM DE 40MM	100,00	Unidade	R\$ 3,91	R\$ 391,00
LUVA PVC LISA MARROM DE 50MM	100,00	Unidade	R\$ 4,82	R\$ 482,00
Luva PVC rígido de corre p/ esgoto primário e secundário cor branca 100mm NBR 5688	100,00	Unidade	R\$ 17,63	R\$ 1.763,00
Luva PVC rígido de corre p/ esgoto primário e secundário cor branca 150mm NBR 5688	100,00	Unidade	R\$ 34,56	R\$ 3456,00
Luva soldável de 32	100,00	Unidade	R\$ 3,00	R\$ 300,00
Luva soldável de 50	100,00	Unidade	R\$ 5,12	R\$ 512,00
MARCO DE PORTA DE MADEIRA	100,00	Unidade	R\$ 170,21	R\$ 17.021,00
MARRETA 2KG	5,00	Unidade	R\$ 64,92	R\$ 324,60
MARTELO PARA CALCETEIRO	2,00	Unidade	R\$ 56,38	R\$ 112,76
MARTELO PARA CARPINTERO	5,00	Unidade	R\$ 39,79	R\$ 198,95
MASSA ACRILICA 18L 1 LINHA	50,00	Unidade	R\$ 136,47	R\$ 6823,50
MASSA CORRIDA 18L	50,00	Unidade	R\$ 54,28	R\$ 2714,00
MASSA PLASTICA P/PINTURA	30,00	Unidade	R\$ 18,40	R\$ 552,00
METALON 15X15 CHAPA 18	100,00	Unidade	R\$ 42,73	R\$ 4273,00
METALON 20X20 CHAPA 14	100,00	Unidade	R\$ 46,04	R\$ 4604,00
METALON 20X20 CHAPA 18	100,00	Unidade	R\$ 46,79	R\$ 4679,00
OCULOS DE PROTEÇÃO	50,00	Unidade	R\$ 25,45	R\$ 1.272,50
PÁ DE BICO	5,00	Unidade	R\$ 53,56	R\$ 267,80
PALHA DE AÇO	50,00	Unidade	R\$ 4,82	R\$ 241,00
PARAFUSO P/ TELHA AMIANTO	1.000,00	Unidade	R\$ 2,22	R\$ 2.220,00

PARAFUSOS P/ VASO	100,00	Unidade	R\$ 5,07	R\$ 507,00
PENEIRA DE CAL	5,00	Unidade	R\$ 14,57	R\$ 72,85
PIA SINTÉTICA 1,20 X0,51	20,00	Unidade	R\$ 126,58	R\$ 2531,60
PINCEL PARA PINTURA DE 3 POL.	50,00	Unidade	R\$ 9,97	R\$ 498,50
PINCEL P/PINTURA 1 1/2 POLEGADA	50,00	Unidade	R\$ 8,41	R\$ 420,50
PINCEL P/PINTURA 1 POLEGADA	50,00	Unidade	R\$ 5,65	R\$ 282,50
PINCEL P/PINTURA 2 1/2 POLEGADA	50,00	Unidade	R\$ 8,43	R\$421,50
Piso ceramica pi4 para chão	2.000,00	Unidade	R\$ 31,25	R\$ 62.500,00
PuNÇAO P/ MARTELETE ROMPEDOR	5,00	Unidade	R\$ 39,69	R\$ 198,45
PORTA DE MADEIRA 2,10X0,60	30,00	Unidade	R\$ 201,19	R\$ 6035,70
Porta de alumínio com grade e vidro 2,10 x 0,80	10,00	Unidade	R\$ 609,11	R\$ 6090,30
PORTA DE MADEIRA 2,10X0,70	30,00	Unidade	R\$ 238,87	R\$ 7166,10
PORTA DE MADEIRA 2,10 X 0,80	40,00	Unidade	R\$ 247,45	R\$ 9898,00
PORTA LAMINADA DE AÇO 80 CM	40,00	Unidade	R\$ 295,43	R\$ 11817,20
PORTA SASAZAQUE 2,10 X 0,70	40,00	Unidade	R\$ 3343,58	R\$ 13743,20
PREGO 13X18	150,00	Quilograma	R\$ 30,66	R\$ 4599,00
PREGO 14X18	150,00	Quilograma	R\$ 31,15	R\$ 4672,50
PREGO 15/15 COM CABEÇA	50,00	Quilograma	R\$ 26,87	R\$ 1343,50
PREGO 17/21	150,00	Quilograma	R\$ 21,06	R\$ 3.159,00
PREGO 19/36	200,00	Quilograma	R\$ 17,98	R\$ 3596,00
PREGO 25X72	200,00	Quilograma	R\$ 27,92	R\$ 5584,00
PREGO DE TELHA	150,00	Quilograma	R\$ 21,52	R\$ 3228,00
QUADRO PARA 4 DISJUNTORES	50,00	Unidade	R\$ 31,90	R\$ 1.595,00
REBOMASSA 20 KG	300,00	Unidade	R\$ 18,38	R\$ 5.514,00

REBOQUITE 20KG	100,00	Unidade	R\$ 21,83	R\$ 2183,00
REDUÇÃO 150 X 100MM ESGOTO	50,00	Unidade	R\$ 30,68	R\$ 1534,00
Redução de esgoto 50 P 40	50,00	Unidade	R\$ 6,10	R\$ 305,00
REDUÇÃO DE PVC 100 P/ 50	50,00	Unidade	R\$ 10,38	R\$ 519,00
REGISTRO DE ESFERA 3/4 METAL	20,00	Unidade	R\$ 17,43	R\$ 348,60
REGISTRO DE ESFERA PVC 1/2"	20,00	Unidade	R\$ 7,70	R\$ 154,00
Registro de esfera soldável 20 mm	20,00	Unidade	R\$ 6,70	R134,00
Registro de esfera soldável 25 mm	20,00	Unidade	R\$ 8,37	R\$ 167,40
Registro de esfera soldável 50 mm	20,00	Unidade	R\$ 22,08	R\$ 441,60
REGISTRO ESFERA GALVANIZADO 1/2	20,00	Unidade	R\$ 29,62	R\$ 592,40
REGISTRO ESFERA GALVANIZADO 3/4	20,00	Unidade	R\$ 39,49	R\$ 789,80
REGISTRO PVC MARROM 3/4	20,00	Unidade	R\$ 10,56	R\$ 211,00
Registro PVC rígido soldável p/ água fria 20mm NBR 5648	30,00	Unidade	R\$ 6,33	R\$ 189,90
Registro PVC rígido soldável p/ água fria 25mm NBR 5648	30,00	Unidade	R\$ 8,08	R\$ 242,40
Registro PVC rígido soldável p/ água fria 32mm NBR 5648	30,00	Unidade	R\$ 18,32	R\$ 549,60
Registro PVC rígido soldável p/ água fria 50mm NBR 5648	30,00	Unidade	R\$ 33,96	R\$ 1018,80
REJUNTE	50,00	Saco	R\$ 7,66	R\$ 383,00
ROLINHO DE PINTURA 5CM	20,00	Unidade	R\$ 10,18	R\$ 203,60
ROLO DE PINTURA 15CM	50,00	Unidade	R\$ 16,50	R\$ 825,00
ROLO ESPUMA 23	50,00	Unidade	R\$ 21,42	R\$ 1071,00
ROLO PARA PINTURA (GRANDE)	50,00	Unidade	R\$ 32,14	R\$ 1607,00
Saco de cimento CP3	3.000,00	Saco	R\$ 40,35	R\$ 121,050,00
SELADOR ACRILICO	40,00	Unidade	R\$ 65,16	R\$ 2606,40

SELADOR DE MADEIRA	10,00	Unidade	R\$ 156,85	R\$ 1568,50
SERRINHA DE AÇO RAPIDO	50,00	Unidade	R\$ 6,94	R\$ 347,00
SIFÃO DUPLO	50,00	Unidade	R\$ 15,67	R\$ 783,50
Sifão sifonado simples	50,00	Unidade	R\$ 14,62	R\$ 731,00
SILICONE PARA VEDAÇÃO	50,00	Unidade	R\$ 14,17	R\$ 708,50
SUPORTE PARA ROLO DE PINTURA	50,00	Unidade	R\$ 10,67	R\$ 533,50
SUPORTE P/ SERRINHA DE AÇO	10,00	Unidade	R\$ 28,67	R\$ 286,70
TABUA DE PINUS 0,20 X 3M	300,00	Unidade	R\$ 28,01	R\$ 8403,00
TABUA DE PINUS 0,25X3M	300,00	Unidade	R\$ 33,55	R\$ 10.065,00
TABUA DE PINUS 30X3	300,00	Unidade	R\$ 40,56	R\$ 12168,00
TAMPA CEGA	50,00	Unidade	R\$ 4,98	R\$ 249,00
TAMPA DE VASO SANITÁRIO	30,00	Unidade	R\$ 41,18	R\$ 1.235,40
TAMPÃO DE ESGOTO DE 100MM	100,00	Unidade	R\$ 13,87	R\$ 1.387,00
TAMPAO DE FERRO FUNDIDO 50X40	5,00	Unidade	R\$ 612,02	R\$ 3.060,10
TAMPÃO ESGOTO 150MM	30,00	Unidade	R\$ 64,21	R\$ 1.926,30
TAMPÃO PVC MARROM 1/2	100,00	Unidade	R\$ 3,55	R\$ 355,00
TAMPÃO PVC MARROM 3/4	100,00	Unidade	R\$ 7,72	R\$ 772,00
TANQUE 2 BOJOS 1.0 X 1.20	20,00	Unidade	R\$ 195,50	R\$ 3910,00
TANQUE COM 1 CUBA	20,00	Unidade	R\$ 129,02	R\$ 2580,40
TANQUE DE FIBRA 1,00 X0,51	20,00	Unidade	R\$ 203,26	R\$ 4065,20
TE DE 100	50,00	Unidade	R\$ 14,43	R\$ 721,50
TE DE PVC 3/4	100,00	Unidade	R\$ 11,71	R\$ 171,00
TE DE PVC LISO MARROM 50MM	30,00	Unidade	R\$ 8,48	R\$ 254,40
TELHA AMIANTO 2,44X0,50 ESP4MM	300,00	Unidade	R\$ 71,03	R\$ 21579,00
TELHA COLONIAL FRANCESA	3.000,00	Unidade	R\$ 5,85	R\$ 17550,00
TELHA GALVANIZADA 6X1	250,00	Unidade	R\$ 3	R\$ 77.870,00

TELHA DE AMIANTO 1,10X2,44	150,00	Unidade	R\$ 66,99	R\$ 10.048,50
TELHA GALVANIZADA 6X1	250,00	Unidade	R\$ 328,78	R\$ 82.195,00
TELHA DE AMIANTO 1,10X2,44	150,00	Unidade	R\$ 64,33	R\$ 9649,50
TÊ PVC rígido soldável p/ água fria EB-892(NBR5648) 20mm	100,00	Unidade	R\$ 3,10	R\$ 310,00
TÊ PVC rígido soldável p/ água fria EB-892(NBR5648) 25mm	100,00	Unidade	R\$ 2,14	R\$ 214,00
TÊ PVC rígido soldável p/ água fria EB-892(NBR5648) 32mm	100,00	Unidade	R\$ 2,76	R\$ 276,00
TÊ PVC rígido soldável p/ água fria EB-892(NBR5648) 50mm	100,00	Unidade	R\$ 7,45	R\$ 745,00
THINNER LATA 900ML	40,00	Unidade	R\$ 21,81	R\$ 872,40
TINTA ESMALTE 900ML	40,00	Unidade	R\$ 40,05	R\$ 1602,00
TINTA ESMALTE SINTETICO 3,6L 1 LINHA	100,00	Unidade	R\$ 153,70	R\$ 15370,00
TINTA LATEX 18L	100,00	Unidade	R\$ 168,10	R\$ 16810,00
TINTA LATEX 3,6L	30,00	Unidade	R\$ 72,31	R\$ 2169,30
TINTA P/FERRAGEM (ZARCAO) 3,6L	20,00	Unidade	R\$ 89,39	R\$ 1787,80
TINTA P/TELHAS 3,6L	10,00	Unidade	R\$ 162,52	R\$ 1625,20
TORNEIRADE METAL P/ PIA DE BANHEIRO	15,00	Unidade	R\$ 49,17	R\$ 737,55
TRENA DE 10 METROS	10,00	Unidade	R\$ 35,36	R\$ 353,60
TRENA DE 30 METROS	10,00	Unidade	R\$ 50,36	R\$ 503,60
Tubo PVC cola água 20 mm	150,00	Unidade	R\$ 18,13	R\$ 2719,50
Tubo PVC cola água 25 mm	150,00	Unidade	R\$ 23,38	R\$ 3507,00
Tubo PVC cola água 32 mm	150,00	Unidade	R\$ 50,52	R\$ 7578,00
Tubo PVC esgoto 200 mm classe a	50,00	Unidade	R\$ 365,75	R\$ 18,287,50
Tubo PVC rígido p/ esgoto primário e secundário cor branca barra 6m- 100mm	150,00	Unidade	R\$ 116,74	R\$ 17511,00
Tubo PVC rígido p/ esgoto primário e secundário cor branca barra 6m- 150mm	150,00	Unidade	R\$ 229,98	R\$ 34497,00

Tubo PVC rígido p/ esgoto primário e secundário cor branca barra 6m- 40mm	150,00	Unidade	R\$ 27,57	R\$ 4135,50
Tubo PVC rígido p/ esgoto primário e secundário cor branca barra 6m- 50mm	150,00	Unidade	R\$ 53,78	R\$ 8067,00
Tubo PVC rígido p/ esgoto primário e secundário cor branca barra 6m- 75mm	150,00	Unidade	R\$ 80,42	R\$ 12063,00
TURQUES PARA ARMADOR	5,00	Unidade	R\$ 47,50	R\$ 238,00
VALVULA DE LAVATÓRIO	15,00	Unidade	R\$ 14,70	R\$ 220,50
VÁLVULA P/ PIA DE COZINHA	15,00	Unidade	R\$ 16,10	R\$ 241,50
VARA DE FERRO 1/2	100,00	Unidade	R\$ 54, 22	R\$ 5.422,00
VARA DE FERRO 1/4	400,00	Unidade	R\$ 33,75	R\$ 13500,00
VARA DE FERRO 3/16	400,00	Unidade	R\$ 28,33	R\$ 11332,00
VARA DE FERRO 3/4	400,00	Unidade	R\$ 84,9	R\$ 33716,00
VARA DE FERRO 3/8	250,00	Unidade	R\$ 60,40	R\$ 15.100,00
VARA DE FERRO 4.2	1.000,00	Unidade	R\$ 15,97	R\$ 15.970,00
VARA DE FERRO 5.0	400,00	Unidade	R\$ 25,65	R\$ 10260,00
VARA DE FERRO 5/16	400,00	Unidade	R\$ 69,06	R\$ 27624,00
VARA DE FERRO 5/8	200,00	Unidade	R\$ 86,62	R\$ 17324,00
VASO SANITARIO	20,00	Unidade	R\$ 212,05	R\$ 4241,00
VEDA CALHA	10,00	Unidade	R\$ 21,61	R\$ 216,10
VERNIZ 3,6 LITROS	20,00	Unidade	R\$ 132,82	R\$ 2.656,40
XADREZ 50ML	50,00	Unidade	R\$ 7,23	R\$ 361,50
ANEL DE REDUÇÃO RIGIDO SOLDAVEL PARA AGUA FRIA 32 MMX25MM NBR 5648	100,00	Unidade	R\$ 3,93	R\$ 393,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. A Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos

Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **III – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **IV – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos previstos no tópico “Possíveis impactos ambientais” do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

#### **Indicação de marcas ou modelos:**

4.2. Na presente contratação, considerando a simplicidade no fornecimento do bem, não houve necessidade de indicação de marcas, características ou modelos.

#### **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço:**

4.3. Na presente contratação, considerando a simplicidade no fornecimento do bem, não houve necessidade da vedação de utilização de marcas ou produtos.

#### **Da exigência de amostra**

4.4. Na presente contratação, considerando a simplicidade no fornecimento do bem, não houve necessidade da apresentação de amostra dos produtos ofertados.

#### **Subcontratação**

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.6.1. Trata-se de contratação de baixa complexidade, não envolvendo dedicação exclusiva de mão de obra e o pagamento é condicionado às entregas do material.

### **V – MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 05(cinco) dias, contados da Autorização de Fornecimento, sob demanda da unidade, de forma parcelada

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços; em toda zona urbana do município nos horários de 8:00 horas às 16:00 horas.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.5. Na presente contratação, considerando a baixa complexidade do objeto, bem como suas características, não haverá exigência de garantia, manutenção ou assistência técnica.

### **VI – MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser

cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.12. A gestão e fiscalização contratual caberá à Unidade Requisitante, através dos seguintes responsáveis:

**Fiscal**

Geraldo Isaac Mendes da Costa

**Gestor**

Jadilson Campos Braga

## **VII – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento do Objeto**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a empresa deverá ser comunicada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Prazo de liquidação**

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

## **Forma de pagamento**

7.16. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.18.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.19. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **VIII – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

### **Exigências de habilitação**

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

#### **Qualificação Técnica**

- 8.25. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.25.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.25.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### **IX – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ **1.624.797,70** (um milhão, seiscentos e vinte e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais, setenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

#### **X – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 10.1. Trata-se de Registro de preços, portanto, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

### **Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar**

#### **Estudo Técnico Preliminar**

Aquisição de materiais de construção, para atendimento de demandas de manutenção, reforma e pequenas obras civis em instalações prediais, incluindo itens necessários para estruturas, acabamentos, instalações elétricas, hidrossanitárias e equipamentos de proteção individual.

## **1. Descrição da necessidade**

A necessidade que originou esta demanda está relacionada ao atendimento das demandas rotineiras e emergenciais de manutenção, reforma e realização de pequenas obras civis em instalações prediais, abrangendo atividades fundamentais para garantir o pleno funcionamento, a conservação e a segurança das edificações públicas. O atendimento a essas necessidades resulta diretamente na preservação do patrimônio público, na continuidade dos serviços essenciais prestados à comunidade e na promoção de ambientes adequados para servidores e usuários, de acordo com o interesse público e as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

### Descrição detalhada da necessidade identificada

A partir da análise dos ambientes e das condições atuais das instalações prediais, foi identificado um conjunto de necessidades que exige intervenções em diversas frentes, tais como:

- Manutenção e reparo de estruturas físicas (paredes, pisos, telhados, portas e janelas), prevenindo a deterioração e ampliando o tempo de vida útil dos imóveis;
- Reparos em sistemas hidráulicos, elétricos e hidrossanitários, assegurando a operacionalidade das instalações e o pleno atendimento às normas técnicas e de segurança;
- Execução de pequenas adaptações e melhorias que promovam acessibilidade, funcionalidade e adequação dos ambientes às demandas do órgão;
- Fornecimento de ferramentas manuais, equipamentos e acessórios indispensáveis para as equipes técnicas realizarem os serviços com eficiência e segurança;
- Disponibilização de itens de proteção individual, garantindo a saúde e integridade dos trabalhadores envolvidos nas atividades de manutenção e obras.

### Demandas geradas e sua relação com o interesse público

A partir dessas necessidades, originou-se a demanda pela obtenção dos materiais, ferramentas, equipamentos e acessórios descritos na lista detalhada de itens, indispensáveis para a execução dos serviços de manutenção predial, reparos, reformas e pequenas obras civis em geral. Essa demanda contempla:

- Materiais para construção civil e manutenção predial, como cimento, argamassa, blocos, areia, cal, tijolos, peças de acabamento, tintas e vernizes;
- Itens para instalações hidráulicas e hidrossanitárias, incluindo tubos e conexões de PVC, registros, caixas d'água, sifões, adaptadores e válvulas;
- Produtos para instalações elétricas, tais como caixas de passagem, fios e cabos, quadros de disjuntores, fita isolante, tomadas e conduítes;
- Ferramentas manuais e equipamentos necessários para execução dos serviços, como alicates, chaves, martelos, serras, brochas, rolos e acessórios correlatos;

- Itens de fixação e ferragens, como pregos, parafusos, buchas, cadeados, dobradiças, barras rosqueadas e grampo de cerca;
- Elementos para impermeabilização, vedação e proteção, incluindo silicones, fita veda rosca, adesivos, massa plástica, seladores e calhas;
- Equipamentos de proteção individual, como botas, luvas, óculos, entre outros EPIs indispensáveis;
- Produtos diversos e acessórios aplicáveis a manutenção geral, pequenos reparos e conservação predial, como baldes, escadas, carrinhos de mão, trenas, e pincéis;
- Materiais destinados à adequação de áreas externas, como arames, cordas, telhas, lajes e tampões de esgoto;
- Componentes complementares para garantia da funcionalidade de banheiros, cozinhas e áreas técnicas, como assentos sanitários, pias, tanques e filtros.

A satisfação dessas demandas é de interesse público, pois possibilita o funcionamento ininterrupto das atividades administrativas e de atendimento ao cidadão, evita a degradação do patrimônio público e reduz custos decorrentes de reparos emergenciais ou obras corretivas mais complexas no futuro. Além disso, promove melhores condições de trabalho aos profissionais que atuam nas manutenções e beneficia diretamente servidores, usuários e a coletividade.

#### Itens necessários identificados

<b>Categoria</b>	<b>Principais itens necessários</b>
Materiais de construção	Cimento, argamassa, areia, blocos, tijolos, lajes, cal, telhas, madeiras, tábua de pinus
Materiais de acabamento	Pisos cerâmicos, azulejos, rejunte, massa corrida, verniz, tinta látex, tinta esmalte, massa acrílica, verniz
Ferragens e fixadores	Parafusos, pregos, buchas, cadeados, grampo de cerca, barras rosqueadas, dobradiças, fechaduras
Hidráulica e hidrossanitários	Tubos, conexões de PVC, registro de esfera, válvulas, joelhos, tês, curvas, sifões, caixas sifonadas, adaptadores, luvas, anéis de vedação, tampões, caixas d'água, caixas de gordura, bolsas de vedação
Elétrica	Tomadas, quadros para disjuntores, fios, cabos, conduítes, fita isolante, lâmpadas, caixinhas de parede, fita zebrada, eletrodos
Ferramentas e acessórios	Alicates, chaves, martelos, serrotes, trenas, baldes, colheres de pedreiro, escovas de aço, suportes para rolo, brochas, enxadas, cavadeiras, carrinhos de mão, espátulas, peneiras
Itens para pintura e acabamento	Pinceis, rolos para pintura, massa plástica, seladores, cal para pintura, thinner, esmalte

	sintético, xadrez, esponjas, lixas, fita crepe
Equipamentos de Proteção Individual (EPI)	Botas, botinas, luvas diversas (latex, anti corte, PVC, raspa), óculos de proteção
Outros elementos diversos	Broxas para caiação, água-rás, desengripante, arame farpado, corrente, câmara de ar, foices, ancinho, palha de aço, grampos, arames galvanizados e recozidos

Com o suprimento adequado destes itens, será possível atender as necessidades operacionais e de conservação das estruturas prediais de forma contínua, planejada e eficaz, reforçando o compromisso do órgão público com a manutenção do patrimônio, a segurança das pessoas e a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

## 2. Requisitos da contratação

Com base na análise das necessidades apresentadas, observa-se que o atendimento adequado dos serviços de manutenção predial, pequenas reformas e obras civis demanda o suprimento de itens e insumos essenciais para garantir a segurança, conservação e plena funcionalidade das edificações públicas, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. A seguir, são detalhados os requisitos necessários para atendimento desta demanda, observando a legalidade, as normas técnicas e as práticas de sustentabilidade envolvidas.

### Requisitos Essenciais para Atendimento da Demanda

- **Qualidade e compatibilidade dos materiais, ferramentas e equipamentos:** Os itens devem ser novos, de primeira linha (exceto quando normatizado o uso de itens reprocessados), compatíveis com suas respectivas utilizações em manutenção predial, reparos e pequenas reformas. Devem estar em conformidade com as normas técnicas vigentes dos órgãos reguladores competentes.

- **Conformidade com normas técnicas e regulamentadoras:** Todos os materiais e equipamentos elétricos, hidráulicos, de construção, EPIs e acessórios correlatos devem atender às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), NR (Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho), INMETRO, normas locais de vigilância sanitária e segurança do trabalho, quando aplicáveis.

- **Garantia de segurança e integridade:** Equipamentos e EPIs devem possuir certificação adequada, garantindo proteção aos trabalhadores e usuários, e assegurando condições salubres e seguras nos ambientes mantidos.

- **Amplitude do atendimento:** A variedade dos itens, apresentados em categorias, deve ser suficiente para suprir tanto intervenções rotineiras quanto emergenciais, sem especificação restritiva que limite concorrência de mercado indevidamente.

- **Compatibilidade com as estruturas existentes:** Materiais e peças fornecidas devem se adequar aos sistemas hidráulicos, elétricos e estruturais efetivamente existentes nas edificações, possibilitando a manutenção planejada e corretiva.

- **Praticidade e eficiência operacional:** Ferramentas e equipamentos devem possibilitar a execução dos serviços de forma eficiente e segura, promovendo agilidade, ergonomia e redução de riscos no trabalho.

- **Garantia de atendimento aos requisitos de acessibilidade:** Materiais, adaptações e equipamentos

contemplados devem possibilitar a adequação de espaços à acessibilidade de pessoas com deficiência, conforme legislação específica (ex. Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146/2015 e NBR 9050).

• **Respeito às práticas de sustentabilidade:** Sempre que possível, privilegiar produtos com menor impacto ambiental, opções reaproveitáveis, recicláveis ou reutilizáveis, baixo índice de emissão de compostos voláteis na pintura e acabamento, e embalagens que facilitem a coleta seletiva.

#### Lista de Requisitos por Categoria de Item

<b>Categoria</b>	<b>Requisitos Essenciais</b>
Materiais de construção e acabamento	Atender aos padrões e normas técnicas aplicáveis da ABNT; resistência e durabilidade comprovadas; compatibilidade dimensional e funcional com uso em edificações públicas.
Ferragens e fixadores	Fabricados conforme especificações técnicas reconhecidas no mercado; ausência de componentes tóxicos proibidos; resistência à corrosão para ambientes internos e externos.
Itens hidráulicos e hidrossanitários	Certificação do INMETRO, ABNT ou órgão regulador; materiais próprios para condução de água potável e esgoto; adaptabilidade a sistemas prediais existentes.
Materiais elétricos	Atender à NBRs específicas (ex: NBR 5410 para instalações elétricas de baixa tensão); possuir selos de certificação quando obrigatórios; compatibilidade com as voltagens e padrões nacionais.
Ferramentas e equipamentos manuais	Ergonomia adequada; qualidade e segurança atestadas; produzidos com materiais resistentes e conforme normas técnicas.
Itens para pintura e acabamento	Atender à legislação ambiental (baixa emissão de compostos voláteis quando aplicável); resistência a intempéries; fácil aplicação e manutenção.
EPIs	Certificação de acordo com as Normas Regulamentadoras (NR) e, quando cabível, com selo do CA (Certificado de Aprovação) do Ministério do Trabalho.
Outros itens diversos e acessórios	Produzidos conforme normas técnicas básicas; sem restrição ao descarte ambientalmente adequado; compatíveis com a finalidade de uso cotidiano em ambientes prediais.

#### Normativos a Serem Observados

• **Lei nº 14.133/2021**– Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (em especial, artigos 12, 18 e seus respectivos incisos), disciplinando as obrigações de avaliação prévia da adequada satisfação da necessidade pública e dos padrões mínimos dos objetos.

• **Normas Técnicas ABNT**– Especialmente séries NBR 5410 (elétrica), NBR 5626 (instalação predial de água fria), NBR 8160 (sistemas prediais de esgoto sanitário), NBR 9050 (acessibilidade), entre outras cabíveis.

• **Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NRs)**– Em particular NR-6 (Equipamento de Proteção Individual), NR-10 (Segurança em instalações e serviços em eletricidade), NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção).

• **Diretrizes ambientais e sanitárias**– Observação das Resoluções do CONAMA, normas do INMETRO, Instruções Normativas dos órgãos setoriais e legislação estadual/municipal quando pertinente.

• **Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146/2015**e Decreto nº 5.296/2004 – Para requisitos de acessibilidade e adaptações em edificações públicas.

Práticas de Sustentabilidade (Ambiental, Social e Econômica)

• **Ambiental:** Preferência por produtos recicláveis, sustentáveis, de menor impacto ambiental ou com certificações verdes; manejo adequado de resíduos; priorização de tintas e insumos com baixa emissão de COV; materiais com origem controlada e fornecedores que respeitem critérios ambientais.

• **Social:** Inclusão de dispositivos e itens que promovam acessibilidade; respeito às normas de segurança e saúde do trabalho; priorização de fornecedores que cumpram legislação trabalhista.

• **Econômica:** Seleção de itens que promovam durabilidade, reduzam custos de manutenção ao longo do tempo, evitem desperdício e tenham relação custo-benefício adequada.

O atendimento a esses requisitos assegura que a necessidade pública de manutenção, conservação e segurança das edificações seja atendida de maneira planejada, segura, eficiente, sustentável e em conformidade com a legislação e normas técnicas aplicáveis.

### 3. Estimativa das quantidades

<b>Produto</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
BRAÇO P/ CHUVEIRO 40 CM	50,00	Unidade	R\$ 12,89	R\$ 644,50
ABRAÇADEIRA PLASTICA TIPO ENFORCA GATO NYLON 280 MM X 3,5 MM	1.000,00	Unidade	R\$ 1,01	R\$ 1010,00
ADAPTADOR COM ROSCA PVC MARROM 3/4	100,00	Unidade	R\$ 2,20	R\$ 220,00
ALICATE DE PRESSÃO	5,00	Unidade	R\$ 40,33	R\$ 201,65
ADAPTADOR 3/4	300,00	Unidade	R\$ 3,01	R\$ 903,00
ADAPTADOR DE PVC 1/2	100,00	Unidade	R2,79	R\$ 279,00
ADAPTADOR PVC 25MM	100,00	Unidade	R\$ 1,03	R\$ 103,00
adesivo epoxi	25,00	Unidade	R\$ 28,02	R\$ 700,50
AGUARRÁS	100,00	Unidade	R\$ 28,39	R\$ 2839,00

ALICATE DE REBITE	3,00	Unidade	R\$ 40,26	R\$ 120,78
ALICATE ELETRICISTA UNIVERSAL	3,00	Unidade	R\$ 37,18	R\$ 111,54
ANEL DE REDUÇÃO RIGIDO SOLDÁVEL PARA AGUA FRIA 25/20 MM NBR 5648	100,00	Unidade	R\$ 3,20	R\$ 320,00
ANEL DE REDUÇÃO RIGIDO SOLDAVEL PARA AGUA FRIA 50 MMX32 MM NBR 5648	100,00	Unidade	R\$ 10,26	R\$ 1026,00
ANEL DE VEDAÇÃO VASO SANITÁRIO	60,00	Unidade	R\$ 10,52	R\$ 631,20
ANCINHO COM CABO	20,00	Unidade	R\$ 37,00	R\$ 740,00
APLICADOR DE SILICONE	20,00	Unidade	R\$ 41,87	R\$ 837,40
ARAME FARPADO 259 METROS	20,00	Rolo	R\$ 255,60	R\$ 5112,00
ARAME FARPADO 400 METROS	20,00	Rolo	R\$ 429,84	R\$ 8.596,80
ARAME GALVANIZADO	200,00	Unidade	R\$ 21,90	R\$ 4380,00
ARAME RECOZIDO	200,00	Quilograma	R\$ 19,41	R\$ 3882,00
AREIA	1.000,00	Metro Cúbico	R\$ 137,91	R\$ 137.910,00
ARGAMASSA 20 KG	1.000,00	Saco	R\$ 20,88	R\$ 20.880,00
ASSENTO PARA VASO SANITARIO	30,00	Unidade	R\$ 38,80	R\$ 1164,00
AZULEIJO DE PAREDE CLASSE A	1.500,00	Unidade	R\$ 37,43	R\$ 56,145,00
BALDE DE OBRA 12 LT	50,00	Unidade	R\$ 14,14	R\$ 707,00
BARRA ROSQUEADA 3/4	50,00	Unidade	R\$ 36,36	R\$ 1.818,00
BARRA ROSQUEADA DE 1/2	50,00	Unidade	R\$ 23,14	R\$ 1.157,00
Barra rosqueada 3/8	50,00	Unidade	R\$ 12,77	R\$ 638,50
BASCULHANTE 0,40X0,40	30,00	Unidade	R\$ 80,47	R\$ 2414,10
BARRA ROSQUEADA DE 5/16	50,00	Unidade	R\$ 9,41	R\$ 470,50
BASCULHANTE 0,80X0,80	30,00	Unidade	R\$ 177,30	R\$ 5.672,10
BASCULANTE 1,00X1,00	30,00	Unidade	R\$ 254,79	R\$ 7.643,70
BASCULANTE PARA	30,00	Unidade	R\$ 100,26	R\$ 3007,80

BANHEIRO 0,60X0,60				
Bisnaga tinta para latex pva	40,00	Unidade	R\$ 8,41	R\$ 336,40
Bloco de cimento 40x20x15	8.000,00	Unidade	R\$ 4,02	R\$ 32.160,00
bloco de cimento 4/10	10.000,00	Unidade	R\$ 3,68	R\$ 36.800,00
boia de 1/2	50,00	Unidade	R\$ 29,66	R\$ 1483,00
Bolsa de vedação para caixa acoplada	50,00	Unidade	R\$ 16,64	R\$ 832,00
BOTA CANO BAIXO	200,00	Unidade	R\$ 59,50	R\$ 11900,00
BOTA CANO LONGO PRETA PLASTICA	100,00	Unidade	R\$ 73,40	R\$ 7.340,00
BOTINA DE SEGURANÇA	250,00	Unidade	R\$ 78,42	R\$ 19605,00
Broxa para caiação	30,00	Unidade	R\$ 17,64	R\$ 529,20
Bucha com parafuso 8	2.000,00	Unidade	R\$ 1,99	R\$ 3980,00
Bucha com parafuso 10	2.000,00	Unidade	R\$ 4,48	R\$ 8960,00
Bucha de redução 3/4 para 1/2	500,00	Unidade	R\$ 4,81	R\$ 2.405,00
Bucha de redução de 50 para 3/4	100,00	Unidade	R\$ 7,11	R\$ 711,00
Bucha para torneira	200,00	Unidade	R\$ 1,75	R\$ 350,00
Cabo para machado	15,00	Unidade	R\$ 40,74	R\$ 611,10
Cadeado 50 mm	25,00	Unidade	R\$ 43,49	R\$ 1087,25
Cadeado grande 40 mm	25,00	Unidade	R\$ 35,74	R\$ 893,50
Cadeado 30 mm	25,00	Unidade	R\$ 28,55	R\$ 713,75
Caixa d'agua 1000 l	30,00	Unidade	R\$ 464,86	R\$ 13945,80
Caixa d'agua 500 l	30,00	Unidade	R\$ 303,58	R\$ 9.107,40
Caixa de descarga completa 9 litros	30,00	Unidade	R\$ 52,45	R\$ 1.573,50
Caixa de gordura 250x230x75	30,00	Unidade	R\$ 102,60	R\$ 3078,00
Caixa de laje	250,00	Unidade	R\$ 20,42	R\$ 5.105,00
caixa sanfonada	50,00	Unidade	R\$ 28,75	R\$ 1.437,50
Caixa sifonada 10x10	30,00	Unidade	R\$ 26,08	R\$ 782,40
Caixa sifonada 15x15	30,00	Unidade	R\$ 52,12	R\$ 1563,60
Caixinha de parede chapa 2x4	300,00	Unidade	R\$ 6,06	R\$ 1818,00
Cal para massa de 20 kilos	1.000,00	Unidade	R\$ 21,28	R\$ 21.280,00

Cal para pintura 8 kg	120,00	Unidade	R\$ 17,30	R\$ 2076,00
Câmara de ar de carrinho de mão	30,00	Unidade	R\$ 32,59	R\$ 971,10
Carrinho de mão de ferro	5,00	Unidade	R\$ 259,85	R\$ 1299,25
Cavadeira de ferro	10,00	Unidade	R\$ 101,63	R\$ 1016,30
Cavadeira paceta	5,00	Unidade	R\$ 52,98	R\$ 264,90
CHAVE DE FENDA	20,00	Unidade	R\$ 10,66	R\$ 213,20
CHAVE DE GRIFO	10,00	Unidade	R\$ 68,20	R\$ 682,00
CHUVEIRO TIPO DUCHA 127 V	50,00	Unidade	R\$ 75,05	R\$ 3753,50
CIMENTO CP 2	3.000,00	Unidade	R\$ 35,22	R\$ 105.660,00
Cola 200 g cascola	30,00	Unidade	R\$ 26,40	R\$ 792,00
Cola Pincel	50,00	Unidade	R\$ 33,91	R\$ 1695,50
Colher de pedreiro	20,00	Unidade	R\$ 37,82	R\$ 756,40
Conduite 1/2 amarelo 100 mm	30,00	Unidade	R\$ 81,88	R\$ 2.456,40
Cone de sinalização	10,00	Unidade	R\$ 50,30	R\$ 503,00
Corda de seda 19 mm	2.000,00	Unidade	R\$ 8,27	R\$ 16540,00
Corda de seda branca 12 mm	2.000,00	Unidade	R\$ 7,57	R\$ 15140,00
Corrente para motosserra 34 dentes	10,00	Unidade	R\$ 186,49	R\$ 1864,50
Curva 90 ° PVC RIGIDO PARA ESGOTO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO, COR BRANCA 40MM NBR 5688	120,00	Unidade	R\$ 14,97	R\$ 1.796,40
Curva 90 ° pvc rigido soldável para agua fria 20 mm nbr 5648	120,00	Unidade	R\$ 7,64	R\$ 916,80
Curva 90 ° pvc rigido soldável para agua fria 25 mm nbr 5648	120,00	Unidade	R\$ 6,76	R\$ 811,20
Curva 90 ° pvc rigido soldável para agua fria 32 mm nbr 5648	120,00	Unidade	R\$ 12,05	R\$ 1446,00
Curva 90 ° pvc rigido soldável para agua fria 50 mm	120,00	Unidade	R\$ 14,82	R\$ 1.778,40
Curva 90 ° pvc rigido soldável para agua fria 100mm	120,00	Unidade	R\$ 17,07	R\$ 2.048,40
Curva 90 ° para esgoto primario e secundário cor branca 150mm nbr 5688	120,00	Unidade	R\$ 115,31	R\$ 13.837,20

Curva esgoto 100	100,00	Unidade	R\$ 16,62	R\$ 1.662,00
Desengripante Anti Ferrugem	10,00	Unidade	R\$ 20,29	R\$ 202,90
Disco de Corte pequeno de esmilhadeira	100,00	Unidade	R\$ 7,56	R\$ 756,00
Disco de corte para lixadeira pequena	100,00	Unidade	R\$ 6,08	R\$ 608,00
Disco de desbaste de ferro 4,5	100,00	Unidade	R\$ 13,03	R\$ 1.303,00
Disco de policorte	100,00	Unidade	R\$ 16,37	R\$ 1.637,00
Disco Seco para cortar cerâmica	100,00	Unidade	R\$ 17,02	R\$ 1.702,00
Dobradiça de Porta	60,00	Unidade	R\$ 15,61	R\$ 936,60
ELETRODO 2,5 MM	50,00	Caixa	R\$ 30,82	R\$ 1541,00
ELETRODO DE 4MM	50,00	Caixa	R\$ 45,34	R\$ 2267,00
Enxada 03 libras	15,00	Unidade	R\$ 58,67	R\$ 880,05
Enxada	15,00	Unidade	R\$ 49,88	R\$ 748,20
Escada de Abrir 7 degraus	3,00	Unidade	R\$ 153,99	R\$ 461,97
Escova de aço	50,00	Unidade	R\$ 13,73	R\$ 686,50
Espaçador/distanciador	100,00	Unidade	R\$ 16,71	R\$ 1671,00
Espate para vaso	30,00	Unidade	R\$ 3,80	R\$ 114,00
Fechadura de tambor	100,00	Unidade	R\$ 73,07	R\$ 7.307,00
Filtro entrada de agua para bebedouro	15,00	Unidade	R\$ 299,65	R\$ 4.494,75
Filtro para torneira	12,00	Unidade	R\$ 41,34	R\$ 496,08
filtro para bebedouro wp200	12,00	Unidade	R\$ 77,64	R\$ 931,68
filtro bebedouro wp 230	12,00	Unidade	R\$ 101,47	R\$ 1217,64
Fita Isolante 20 m	30,00	Unidade	R\$ 15,46	R\$ 463,80
Fita veda rosca	100,00	Unidade	R\$ 5,17	R\$ 517,00
Fita zebrada	50,00	Unidade	R\$ 10,83	R\$ 541,50
Flange de 1/2	50,00	Unidade	R\$ 14,68	R\$ 734,00
Foice gavião	30,00	Unidade	R\$ 68,13	R\$ 2043,90
Forro pvc	30,00	Unidade	R\$ 39,07	R\$ 1.172,07
Grampo de cerca	50,00	Quilograma	R\$ 23,50	R\$ 1.178,50
Janela de ferro 1 x 1	40,00	Unidade	R\$ 266,63	R\$ 10.665,20

Joelho 45° PVC rígido p/ esgoto primário e secundário cor branca 100 mm NBR 5688	120,00	Unidade	R\$ 5,65	R\$ 678,00
Joelho 45° PVC rígido p/ esgoto primário e secundário cor branca 150 mm NBR 5688	120,00	Unidade	R\$ 42,71	R\$ 5125,20
Joelho 45° PVC rígido p/ esgoto primário e secundário cor branca 40mm NBR 5688	120,00	Unidade	R\$ 4,83	R\$ 579,60
Joelho 45° PVC rígido p/ esgoto primário e secundário cor branca 50mm NBR 5688	120,00	Unidade	R\$ 6,01	R\$ 721,20
Joelho 45° PVC rígido soldável p/ água fria 20mm NBR 5648	120,00	Unidade	R\$ 2,18	R\$ 261,60
Joelho 45° PVC rígido soldável p/ água fria 25mm NBR 5648	120,00	Unidade	R\$ 1,82	R\$ 218,40
Joelho 45° PVC rígido soldável p/ água fria 32mm NBR 5648	120,00	Unidade	R\$ 5,87	R\$ 704,40
Joelho 90° PVC rígido soldável p/ água fria 20mm NBR 5648	120,00	Unidade	R\$ 1,26	R\$ 151,20
Joelho 90° PVC rígido soldável p/ água fria 25mm NBR 5648	120,00	Unidade	R\$ 3,02	R\$ 302,40
Joelho 90° PVC rígido soldável p/ água fria 32mm NBR 5648	120,00	Unidade	R\$ 5,06	R\$ 607,20
Joelho 90° PVC rígido soldável p/ água fria 50mm NBR 5648	120,00	Unidade	R\$ 5,03	R\$ 603,60
JOELHO 90 PVC 40MM	120,00	Unidade	R\$ 2,51	R\$ 301,20
JOELHO 90 PVC ESGOTO 100MM	120,00	Unidade	R\$ 7,73	R\$ 927,60
JOELHO AZUL DE 1/2	120,00	Unidade	R\$ 5,68	R681,60
JOELHO DE 100 COM VISITA PARA 50	100,00	Unidade	R\$ 21,37	R\$ 2167,00
JOELHO DE 1/2	100,00	Unidade	R\$ 2,09	R\$ 209,00
Joelho soldável de 3/4	120,00	Unidade	R\$ 3,30	R\$ 396,00
JOGO DE CHAVE PHILIPS	5,00	Unidade	R\$ 75,59	R\$ 377,95
LAJOTA 20X30	25.000,00	Unidade	R\$ 2,05	R\$ 51.250,00
LAMINA PARA ROÇADEIRA COSTAL	20,00	Unidade	R\$ 37,41	R\$ 748,20
LIMA CHATA	50,00	Unidade	R\$ 20,61	R\$ 1080,50

LIMPA PISO DESINCROSTANTE	10,00	Unidade	R\$ 245,31	R\$ 2453,10
LIQUIDO BRILHO 18L	20,00	Unidade	R\$ 377,90	R\$ 7.558,00
Lixa d'agua	200,00	Unidade	R\$ 1,93	R\$ 386,00
LIXA DE FERRO N80	200,00	Unidade	R\$ 2,95	R\$ 590,00
LIXA DE PAREDE N100	200,00	Unidade	R\$ 5,22	R\$ 1044,00
LIXA DE PAREDE N50	100,00	Unidade	R\$ 1,24	R\$ 124,00
LIXA FERRO N100	100,00	Unidade	R\$ 4,00	R\$ 400,00
LONA PRETA 100X8,00	250,00	Unidade	R\$ 27,65	R\$ 6890,00
LUVA ANTI CORTE	25,00	Unidade	R\$ 35,73	R\$ 893,25
LUVA COM BANHO NITRICO 9,5	25,00	Unidade	R\$ 20,87	R\$ 521,75
LUVA DE CORRER PVC MARROM 3/4	100,00	Unidade	R\$ 9,67	R\$ 967,00
LUVA DE CORRER PVC MARROM 50	100,00	Unidade	R\$ 5,84	R\$ 584,00
Luva De Raspa	20,00	Unidade	R\$ 13,03	R\$ 260,60
LUVA EM LATEX NITRILICO 9	50,00	Unidade	R\$ 11,70	R\$ 585,00
LUVA PVC LISA DE 3/4	100,00	Unidade	R\$ 3,75	R\$ 375,00
LUVA PVC LISA MARROM DE 40MM	100,00	Unidade	R\$ 3,91	R\$ 391,00
LUVA PVC LISA MARROM DE 50MM	100,00	Unidade	R\$ 4,82	R\$ 482,00
Luva PVC rígido de corre p/ esgoto primário e secundário cor branca 100mm NBR 5688	100,00	Unidade	R\$ 17,63	R\$ 1.763,00
Luva PVC rígido de corre p/ esgoto primário e secundário cor branca 150mm NBR 5688	100,00	Unidade	R\$ 34,56	R\$ 3456,00
Luva soldável de 32	100,00	Unidade	R\$ 3,00	R\$ 300,00
Luva soldável de 50	100,00	Unidade	R\$ 5,12	R\$ 512,00
MARCO DE PORTA DE MADEIRA	100,00	Unidade	R\$ 170,21	R\$ 17.021,00
MARRETA 2KG	5,00	Unidade	R\$ 64,92	R\$ 324,60
MARTELO PARA	2,00	Unidade	R\$ 56,38	R\$ 112,76

CALCETEIRO				
MARTELO PARA CARPINTERO	5,00	Unidade	R\$ 39,79	R\$ 198,95
MASSA ACRILICA 18L 1 LINHA	50,00	Unidade	R\$ 136,47	R\$ 6823,50
MASSA CORRIDA 18L	50,00	Unidade	R\$ 54,28	R2714,00
MASSA PLASTICA P/PINTURA	30,00	Unidade	R\$ 18,40	R\$ 552,00
METALON 15X15 CHAPA 18	100,00	Unidade	R\$ 42,73	R\$ 4273,00
METALON 20X20 CHAPA 14	100,00	Unidade	R\$ 46,04	R\$ 4604,00
METALON 20X20 CHAPA 18	100,00	Unidade	R\$ 46,79	R\$ 4679,00
OCULOS DE PROTEÇÃO	50,00	Unidade	R\$ 25,45	R\$ 1.272,50
PÁ DE BICO	5,00	Unidade	R\$ 53,56	R\$ 267,80
PALHA DE AÇO	50,00	Unidade	R\$ 4,82	R\$ 241,00
PARAFUSO P/ TELHA AMIANTO	1.000,00	Unidade	R\$ 2,22	R\$ 2.220,00
PARAFUSOS P/ VASO	100,00	Unidade	R\$ 5,07	R\$ 507,00
PENEIRA DE CAL	5,00	Unidade	R\$ 14,57	R\$ 72,85
PIA SINTÉTICA 1,20 X0,51	20,00	Unidade	R\$ 126,58	R\$ 2531,60
PINCEL PARA PINTURA DE 3 POL.	50,00	Unidade	R\$ 9,97	R\$ 498,50
PINCEL P/PINTURA 1 1/2 POLEGADA	50,00	Unidade	R\$ 8,41	R\$ 420,50
PINCEL P/PINTURA 1 POLEGADA	50,00	Unidade	R\$ 5,65	R\$ 282,50
PINCEL P/PINTURA 2 1/2 POLEGADA	50,00	Unidade	R\$ 8,43	R\$421,50
Piso ceramica pi4 para chão	2.000,00	Unidade	R\$ 31,25	R\$ 62.500,00
PuNÇAO P/ MARTELETE ROMPEDOR	5,00	Unidade	R\$ 39,69	R\$ 198,45
PORTA DE MADEIRA 2,10X0,60	30,00	Unidade	R\$ 201,19	R\$ 6035,70
Porta de alumínio com grade e vidro 2,10 x 0,80	10,00	Unidade	R\$ 609,11	R\$ 6090,30
PORTA DE MADEIRA 2,10X0,70	30,00	Unidade	R\$ 238,87	R\$ 7166,10

PORTA DE MADEIRA 2,10 X 0,80	40,00	Unidade	R\$ 247,45	R\$ 9898,00
PORTA LAMINADA DE AÇO 80 CM	40,00	Unidade	R\$ 295,43	R\$ 11817,20
PORTA SASAZAQUE 2,10 X 0,70	40,00	Unidade	R\$ 3343,58	R\$ 13743,20
PREGO 13X18	150,00	Quilograma	R\$ 30,66	R\$ 4599,00
PREGO 14X18	150,00	Quilograma	R\$ 31,15	R\$ 4672,50
PREGO 15/15 COM CABEÇA	50,00	Quilograma	R\$ 26,87	R\$ 1343,50
PREGO 17/21	150,00	Quilograma	R\$ 21,06	R\$ 3.159,00
PREGO 19/36	200,00	Quilograma	R\$ 17,98	R\$ 3596,00
PREGO 25X72	200,00	Quilograma	R\$ 27,92	R\$ 5584,00
PREGO DE TELHA	150,00	Quilograma	R\$ 21,52	R\$ 3228,00
QUADRO PARA 4 DISJUNTORES	50,00	Unidade	R\$ 31,90	R\$ 1.595,00
REBOMASSA 20 KG	300,00	Unidade	R\$ 18,38	R\$ 5.514,00
REBOQUITE 20KG	100,00	Unidade	R\$ 21,83	R\$ 2183,00
REDUÇÃO 150 X 100MM ESGOTO	50,00	Unidade	R\$ 30,68	R\$ 1534,00
Redução de esgoto 50 P 40	50,00	Unidade	R\$ 6,10	R\$ 305,00
REDUÇÃO DE PVC 100 P/ 50	50,00	Unidade	R\$ 10,38	R\$ 519,00
REGISTRO DE ESFERA 3/4 METAL	20,00	Unidade	R\$ 17,43	R\$ 348,60
REGISTRO DE ESFERA PVC 1/2"	20,00	Unidade	R\$ 7,70	R\$ 154,00
Registro de esfera soldável 20 mm	20,00	Unidade	R\$ 6,70	R134,00
Registro de esfera soldável 25 mm	20,00	Unidade	R\$ 8,37	R\$ 167,40
Registro de esfera soldável 50 mm	20,00	Unidade	R\$ 22,08	R\$ 441,60
REGISTRO ESFERA GALVANIZADO 1/2	20,00	Unidade	R\$ 29,62	R\$ 592,40
REGISTRO ESFERA GALVANIZADO ¾	20,00	Unidade	R\$ 39,49	R\$ 789,80
REGISTRO PVC MARROM ¾	20,00	Unidade	R\$ 10,56	R\$ 211,00

Registro PVC rígido soldável p/ água fria 20mm NBR 5648	30,00	Unidade	R\$ 6,33	R\$ 189,90
Registro PVC rígido soldável p/ água fria 25mm NBR 5648	30,00	Unidade	R\$ 8,08	R\$ 242,40
Registro PVC rígido soldável p/ água fria 32mm NBR 5648	30,00	Unidade	R\$ 18,32	R\$ 549,60
Registro PVC rígido soldável p/ água fria 50mm NBR 5648	30,00	Unidade	R\$ 33,96	R\$ 1018,80
REJUNTE	50,00	Saco	R\$ 7,66	R\$ 383,00
ROLINHO DE PINTURA 5CM	20,00	Unidade	R\$ 10,18	R\$ 203,60
ROLO DE PINTURA 15CM	50,00	Unidade	R\$ 16,50	R\$ 825,00
ROLO ESPUMA 23	50,00	Unidade	R\$ 21,42	R\$ 1071,00
ROLO PARA PINTURA (GRANDE)	50,00	Unidade	R\$ 32,14	R\$ 1607,00
Saco de cimento CP3	3.000,00	Saco	R\$ 40,35	R\$ 121,050,00
SELADOR ACRILICO	40,00	Unidade	R\$ 65,16	R\$ 2606,40
SELADOR DE MADEIRA	10,00	Unidade	R\$ 156,85	R\$ 1568,50
SERRINHA DE AÇO RAPIDO	50,00	Unidade	R\$ 6,94	R\$ 347,00
SIFÃO DUPLO	50,00	Unidade	R\$ 15,67	R\$ 783,50
Sifão sifonado simples	50,00	Unidade	R\$ 14,62	R\$ 731,00
SILICONE PARA VEDAÇÃO	50,00	Unidade	R\$ 14,17	R\$ 708,50
SUPORTE PARA ROLO DE PINTURA	50,00	Unidade	R\$ 10,67	R\$ 533,50
SUPORTE P/ SERRINHA DE AÇO	10,00	Unidade	R\$ 28,67	R\$ 286,70
TABUA DE PINUS 0,20 X 3M	300,00	Unidade	R\$ 28,01	R\$ 8403,00
TABUA DE PINUS 0,25X3M	300,00	Unidade	R\$ 33,55	R\$ 10.065,00
TABUA DE PINUS 30X3	300,00	Unidade	R\$ 40,56	R\$ 12168,00
TAMPA CEGA	50,00	Unidade	R\$ 4,98	R\$ 249,00
TAMPA DE VASO SANITÁRIO	30,00	Unidade	R\$ 41,18	R\$ 1.235,40
TAMPÃO DE ESGOTO DE 100MM	100,00	Unidade	R\$ 13,87	R\$ 1.387,00
TAMPAO DE FERRO FUNDIDO 50X40	5,00	Unidade	R\$ 612,02	R\$ 3.060,10

TAMPÃO ESGOTO 150MM	30,00	Unidade	R\$ 64,21	R\$ 1.926,30
TAMPÃO PVC MARROM 1/2	100,00	Unidade	R\$ 3,55	R\$ 355,00
TAMPÃO PVC MARROM 3/4	100,00	Unidade	R\$ 7,72	R\$ 772,00
TANQUE 2 BOJOS 1.0 X 1.20	20,00	Unidade	R\$ 195,50	R\$ 3910,00
TANQUE COM 1 CUBA	20,00	Unidade	R\$ 129,02	R\$ 2580,40
TANQUE DE FIBRA 1,00 X0,51	20,00	Unidade	R\$ 203,26	R\$ 4065,20
TE DE 100	50,00	Unidade	R\$ 14,43	R\$ 721,50
TE DE PVC 3/4	100,00	Unidade	R\$ 11,71	R\$ 171,00
TE DE PVC LISO MARROM 50MM	30,00	Unidade	R\$ 8,48	R\$ 254,40
TELHA AMIANTO 2,44X0,50 ESP4MM	300,00	Unidade	R\$ 71,03	R\$ 21579,00
TELHA COLONIAL FRANCESA	3.000,00	Unidade	R\$ 5,85	R\$ 17550,00
TELHA GALVANIZADA 6X1	250,00	Unidade	R\$ 3	R\$ 77.870,00
TELHA DE AMIANTO 1,10X2,44	150,00	Unidade	R\$ 66,99	R\$ 10.048,50
TELHA GALVANIZADA 6X1	250,00	Unidade	R\$ 328,78	R\$ 82.195,00
TELHA DE AMIANTO 1,10X2,44	150,00	Unidade	R\$ 64,33	R\$ 9649,50
TÊ PVC rígido soldável p/ água fria EB-892(NBR5648) 20mm	100,00	Unidade	R\$ 3,10	R\$ 310,00
TÊ PVC rígido soldável p/ água fria EB-892(NBR5648) 25mm	100,00	Unidade	R\$ 2,14	R\$ 214,00
TÊ PVC rígido soldável p/ água fria EB-892(NBR5648) 32mm	100,00	Unidade	R\$ 2,76	R\$ 276,00
TÊ PVC rígido soldável p/ água fria EB-892(NBR5648) 50mm	100,00	Unidade	R\$ 7,45	R\$ 745,00
THINNER LATA 900ML	40,00	Unidade	R\$ 21,81	R\$ 872,40
TINTA ESMALTE 900ML	40,00	Unidade	R\$ 40,05	R\$ 1602,00
TINTA ESMALTE SINTETICO 3,6L 1 LINHA	100,00	Unidade	R\$ 153,70	R\$ 15370,00
TINTA LATEX 18L	100,00	Unidade	R\$ 168,10	R\$ 16810,00
TINTA LATEX 3,6L	30,00	Unidade	R\$ 72,31	R\$ 2169,30
TINTA P/FERRAGEM	20,00	Unidade	R\$ 89,39	R\$ 1787,80

(ZARCAO) 3,6L				
TINTA P/TELHAS 3,6L	10,00	Unidade	R\$ 162,52	R\$ 1625,20
TORNEIRADE METAL P/ PIA DE BANHEIRO	15,00	Unidade	R\$ 49,17	R\$ 737,55
TRENA DE 10 METROS	10,00	Unidade	R\$ 35,36	R\$ 353,60
TRENA DE 30 METROS	10,00	Unidade	R\$ 50,36	R\$ 503,60
Tubo PVC cola água 20 mm	150,00	Unidade	R\$ 18,13	R\$ 2719,50
Tubo PVC cola água 25 mm	150,00	Unidade	R\$ 23,38	R\$ 3507,00
Tubo PVC cola água 32 mm	150,00	Unidade	R\$ 50,52	R\$ 7578,00
Tubo PVC esgoto 200 mm classe a	50,00	Unidade	R\$ 365,75	R\$ 18,287,50
Tubo PVC rígido p/ esgoto primário e secundário cor branca barra 6m- 100mm	150,00	Unidade	R\$ 116,74	R\$ 17511,00
Tubo PVC rígido p/ esgoto primário e secundário cor branca barra 6m- 150mm	150,00	Unidade	R\$ 229,98	R\$ 34497,00
Tubo PVC rígido p/ esgoto primário e secundário cor branca barra 6m- 40mm	150,00	Unidade	R\$ 27,57	R\$ 4135,50
Tubo PVC rígido p/ esgoto primário e secundário cor branca barra 6m- 50mm	150,00	Unidade	R\$ 53,78	R\$ 8067,00
Tubo PVC rígido p/ esgoto primário e secundário cor branca barra 6m- 75mm	150,00	Unidade	R\$ 80,42	R\$ 12063,00
TURQUES PARA ARMADOR	5,00	Unidade	R\$ 47,50	R\$ 238,00
VALVULA DE LAVATÓRIO	15,00	Unidade	R\$ 14,70	R\$ 220,50
VÁLVULA P/ PIA DE COZINHA	15,00	Unidade	R\$ 16,10	R\$ 241,50
VARA DE FERRO 1/2	100,00	Unidade	R\$ 54, 22	R\$ 5.422,00
VARA DE FERRO 1/4	400,00	Unidade	R\$ 33,75	R\$ 13500,00
VARA DE FERRO 3/16	400,00	Unidade	R\$ 28,33	R\$ 11332,00
VARA DE FERRO 3/4	400,00	Unidade	R\$ 84,9	R\$ 33716,00
VARA DE FERRO 3/8	250,00	Unidade	R\$ 60,40	R\$ 15.100,00
VARA DE FERRO 4.2	1.000,00	Unidade	R\$ 15,97	R\$ 15.970,00
VARA DE FERRO 5.0	400,00	Unidade	R\$ 25,65	R\$ 10260,00

VARA DE FERRO 5/16	400,00	Unidade	R\$ 69,06	R\$ 27624,00
VARA DE FERRO 5/8	200,00	Unidade	R\$ 86,62	R\$ 17324,00
VASO SANITARIO	20,00	Unidade	R\$ 212,05	R\$ 4241,00
VEDA CALHA	10,00	Unidade	R\$ 21,61	R\$ 216,10
VERNIZ 3,6 LITROS	20,00	Unidade	R\$ 132,82	R\$ 2.656,40
XADREZ 50ML	50,00	Unidade	R\$ 7,23	R\$ 361,50
ANEL DE REDUÇÃO RIGIDO SOLDAVEL PARA AGUA FRIA 32 MMX25MM NBR 5648	100,00	Unidade	R\$ 3,93	R\$ 393,00

#### 4. Levantamento de mercado

##### 1 - Aquisição de itens por meio de Ata de Registro de Preços, com fornecimento parcelado e sob demanda.

Esta alternativa consiste em realizar licitação para formação de Ata de Registro de Preços, permitindo que o órgão adquira materiais, ferramentas, EPIs e acessórios conforme a necessidade surgir, de modo parcelado e ajustado ao fluxo das demandas administrativas. Essa modalidade proporciona flexibilidade operacional, racionaliza o armazenamento e reduz o risco de desabastecimento, pois o fornecimento é realizado mediante requisição direta, favorecendo o atendimento tanto a necessidades rotineiras quanto emergenciais de manutenção. Garante ampla concorrência, padronização dos requisitos técnicos e econômicos, facilita o controle orçamentário, permite planejamento das aquisições ao longo do ano e minimiza perdas por vencimento ou deterioração de materiais. É aderente à Lei 14.133/2021, prezando pela economicidade e eficiência. Essa solução permite que o órgão aproveite eventuais oscilações favoráveis de preço no mercado e estimule a competitividade entre fornecedores.

##### **Pontos Positivos:**

- Flexibilidade na aquisição conforme demanda
- Redução do risco de desabastecimento
- Padronização dos requisitos técnicos e econômicos
- Facilidade no controle orçamentário e planejamento
- Promoção da competitividade entre fornecedores

##### **Pontos Negativos:**

- Possibilidade de variação nos preços durante a vigência da ata
- Dependência de fornecedores cadastrados na ata
- Eventuais atrasos na entrega devido à logística parcelada
- Necessidade de constante gestão e monitoramento dos saldos da ata
- Risco de sobreposição ou incompatibilidade com contratos já existentes

## **2 - Contratação de empresa especializada para serviço continuado de manutenção predial, incluindo fornecimento dos materiais e insumos.**

Nesta alternativa, o órgão realiza a contratação de empresa especializada que assume toda a responsabilidade técnica pela execução dos serviços de manutenção, reforma e pequenas obras civis, bem como o fornecimento integral dos materiais, ferramentas, equipamentos e EPIs necessários. O modelo de contratação pode ser por preço global anual com repactuação periódica, ou por preço unitário por serviço executado/m<sup>2</sup>. Tem como principais vantagens a desoneração administrativa do órgão quanto à gestão de estoque, controle de insumos e logística, além da responsabilização total da contratada sobre a qualidade dos materiais. Contudo, pode resultar em custos operacionais mais elevados devido à margem sobre materiais e menor flexibilidade para adaptações ou aquisições emergenciais pontuais, além do risco de haver superavaliação de consumo pela contratada.

### **Pontos Positivos:**

- Desoneração administrativa do órgão na gestão de estoque e insumos
- Responsabilização integral da contratada pela qualidade dos materiais
- Redução de tarefas logísticas internas
- Garantia de fornecimento contínuo dos materiais necessários
- Centralização do controle técnico e operacional dos serviços

### **Pontos Negativos:**

- Possibilidade de custos operacionais mais elevados devido à margem sobre materiais
- Menor flexibilidade para adaptações rápidas ou aquisições emergenciais
- Risco de superavaliação de consumo de materiais pela contratada
- Dificuldade de controle detalhado sobre o uso de insumos
- Dependência elevada da empresa contratada para cumprimento dos prazos e padrões de qualidade

## **3 - Aquisição direta integral de todos os itens necessários para formação de estoque próprio anual.**

Esta alternativa prevê a realização de uma única licitação para aquisição de toda a lista de materiais, ferramentas, EPIs e acessórios para formação de estoque predial próprio, suficiente para suprir as demandas previstas de manutenção ao longo do ano. O fornecimento ocorre de forma concentrada no início do período contratual, com armazenamento sob responsabilidade do órgão. Tem como principal benefício a eventual obtenção de preços mais baixos por conta da compra em grande volume. Por outro lado, apresenta riscos e desvantagens como: necessidade de espaço físico adequado para estocagem, riscos de vencimento/desperdício, obsolescência, deterioração dos insumos, imobilização de recursos financeiros e dificuldade para ajustes a demandas imprevistas.

### **Pontos Positivos:**

- Possibilidade de obtenção de descontos por compra em grande volume
- Garantia de disponibilidade imediata de materiais para manutenções
- Redução da frequência de processos licitatórios ao longo do ano

- Planejamento facilitado dos insumos necessários para o período
- Agilidade na resposta a demandas planejadas

#### **Pontos Negativos:**

- Necessidade de espaço físico adequado para estocagem
- Risco de vencimento, desperdício ou deterioração dos insumos
- Imobilização de elevado montante de recursos financeiros
- Possibilidade de obsolescência dos materiais adquiridos
- Dificuldade de ajuste a demandas imprevistas durante o período

#### **Alternativa Escolhida**

Aquisição de itens por meio de Ata de Registro de Preços, com fornecimento parcelado e sob demanda.

#### **Justificativa**

A escolha pela Ata de Registro de Preços com fornecimento parcelado e sob demanda é a alternativa que melhor atende aos princípios da economicidade, eficiência e flexibilidade operacional exigidos pela Lei 14.133/2021. Essa alternativa minimiza riscos de estoque, desperdício e imobilização de capital, permite o ajuste dinâmico às demandas reais (rotineiras e emergenciais), amplia a concorrência e favorece o acompanhamento dos preços praticados no mercado. Além disso, garante aderência aos requisitos técnicos, padronização de qualidade e atendimento às normas específicas, assim como viabiliza melhores práticas de sustentabilidade e controle logístico-administrativo, ao mesmo tempo reduzindo a burocracia e evitando contratações emergenciais onerosas em situações pontuais.

#### **5. Estimativa do preço da contratação**

O valor total estimado para essa contratação é de: R\$ 1.624.797,70

#### **6. Descrição da solução como um todo**

A solução escolhida para suprir as necessidades detalhadas de manutenção, conservação e pequenas obras prediais é **aquisição de itens por meio de Ata de Registro de Preços (ARP), com fornecimento parcelado e sob demanda**. Tal escolha está fundamentada na análise das necessidades levantadas, atendendo plenamente aos objetivos de garantir segurança, eficiência, continuidade dos serviços públicos e gestão racional de recursos, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

##### Descrição Detalhada da Solução Escolhida

A Ata de Registro de Preços é um instrumento legal que reúne fornecedores previamente selecionados por licitação, permitindo que o órgão realize aquisições de materiais, ferramentas, equipamentos e EPIs de acordo com o surgimento real das demandas administrativas. O fornecimento é efetuado mediante requisições dirigidas aos fornecedores registrados na ata, possibilitando entregas parceladas ao longo do período de vigência. A adoção da ARP contempla a flexibilidade de aquisição para atender tanto necessidades rotineiras quanto emergenciais, evitando excessos, desperdícios ou falta de materiais críticos para manutenção predial.

## Como a Solução Atende Melhor às Necessidades Identificadas

- **Flexibilidade Operacional:** Permite a aquisição de itens exatos, no momento e na quantidade efetivamente necessária, adaptando-se rapidamente a urgências, demandas de rotina e variações imprevistas nas necessidades de manutenção, reparos, reformas ou pequenas obras civis.

- **Redução de Riscos e Desperdícios:** Ao evitar a formação de estoques elevados, minimizam-se os riscos de vencimento, deterioração, obsolescência ou imobilização de materiais. Esse controle eficiente apoia sustentabilidade e uso racional dos recursos públicos.

- **Eficiência Administrativa:** Diminui a frequência de processos licitatórios, une diferentes demandas em um só instrumento e simplifica os trâmites para aquisições durante a vigência da ata, tornando mais ágil o atendimento às solicitações internas.

- **Controle Orçamentário e Planejamento:** Facilita o acompanhamento dos gastos públicos, pois as aquisições podem ser ajustadas ao fluxo de caixa real do órgão e às prioridades orçamentárias, promovendo melhor gestão financeira.

- **Competitividade e Padronização:** Estimula concorrência entre fornecedores, gerando melhores condições de preço e qualidade. Os requisitos técnicos são padronizados, garantindo conformidade com normas da ABNT, NRs, INMETRO, legislação ambiental e demais regulamentações.

- **Atendimento Integral aos Requisitos Técnicos:** Permite exigir dos fornecedores a entrega apenas de itens que cumpram rigorosamente as exigências técnicas, inclusive quanto à sustentabilidade, acessibilidade e segurança, conferindo tranquilidade jurídica na contratação.

- **Sustentabilidade:** Facilita a seleção de fornecedores e produtos que atendam critérios ambientais, sociais e econômicos, privilegiando insumos menos impactantes ao meio ambiente e práticas que promovam a saúde ocupacional.

## Vantagens Específicas em Relação às Necessidades Identificadas

<b>Necessidade Identificada</b>	<b>Atendimento pela Solução</b>
Manutenção e reparo de estruturas físicas e sistemas prediais	Disponibilização rápida e controlada de materiais, ferramentas e insumos essenciais, conforme demanda real, assegurando o pleno funcionamento e conservação dos imóveis públicos.
Execução de pequenas adaptações e melhorias (acessibilidade, funcionalidade, adequação de ambientes)	Possibilidade de aquisição pontual de itens específicos para adequação, promovendo ajustes flexíveis a projetos de acessibilidade e melhorias operacionais.
Garantia de continuidade dos serviços essenciais e emergência	Permite reposição rápida de itens críticos para manutenção da atividade administrativa e atendimento ao cidadão, reduzindo risco de paralisações por falta de insumos.
Fornecimento de EPIs e equipamentos para equipes técnicas	Aquisição programada de EPIs e ferramentas conforme o número de colaboradores e frequência das intervenções, promovendo segurança e redução de custos com sobre-estoque.

Atendimento a práticas de sustentabilidade e controle ambiental	Facilita adequada seleção de produtos sustentáveis, recicláveis, com menor emissão de compostos voláteis e origem controlada, além de gestão eficiente de resíduos e embalagens.
---	--

#### Resumo dos Benefícios Operacionais e Gerenciais

- **Facilidade de adaptação ao volume de demanda real, sejam elas rotineiras ou emergenciais.**
- **Maior controle de qualidade e conformidade técnica dos produtos fornecidos.**
- **Racionalização do uso do espaço físico, eliminando a necessidade de grandes armazenagens;**
- **Redução do risco de aquisições emergenciais onerosas;**
- **Garantia de observância das boas práticas ambientais, sociais e econômicas;**
- **Promoção do interesse público pela continuidade dos serviços e preservação do patrimônio.**

#### Conclusão

**Aquisição por Ata de Registro de Preços, com fornecimento parcelado e sob demanda,** é a solução que melhor equilibra economicidade, eficiência, flexibilidade, segurança jurídica e cumprimento das normas técnicas e legais, viabilizando o atendimento pleno, contínuo e sustentável das necessidades identificadas na manutenção e conservação predial, beneficiando servidores, usuários e a coletividade.

#### **7. Viabilidade da contratação**

Sim, a contratação é viável, pois foi conduzida uma análise criteriosa dos requisitos técnicos, soluções disponíveis no mercado e estimativas de custos. A solução identificada atende plenamente às necessidades operacionais e estratégicas, garantindo alta disponibilidade dos serviços essenciais. Além disso, a previsão orçamentária confirma a compatibilidade financeira da contratação, assegurando transparência e eficiência no processo de aquisição.

## ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 055/2026**

ARP Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI O  
MUNICÍPIO DE ARACITABA-MG E A  
EMPRESA.....

O **MUNICÍPIO DE ARACITABA**, com sede na Pça Barão de Montes Claros, nº 16, Centro, ARACITABA-MG, CEP: 36.255-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.744.434/0001-07, neste ato representado(a) pelo(a) ..... (**cargo e nome**), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202 ,

portador da matrícula funcional nº....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS, nº ...../202..., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da empresa **RAZÃO SOCIAL**, inscrito no CNPJ sob o nº..., com sede à... (**endereço completo**), neste ato representado(a) por ..... (**nome e função no contratado**), conforme atos constitutivos da empresa OU **procuração apresentada nos autos**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 023/2022, e demais legislações aplicáveis, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **Fornecimento de material de construção para diversos setores da administração municipal**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 09/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)   Modelo (se exigido)	Unidade	QUANT.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$	Prazo de garantia ou validade

		<i>no edital)</i>					

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o MUNICÍPIO DE ARACITABA.

3.2. Além do gerenciador, não há outros órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos

valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. Não há previsão de remanejamento das quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços entre órgãos, considerando a inexistência de outros órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços, além do órgão gerenciador.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)

### ANEXO III – Minuta de Declaração Conjunta

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 055/2026**

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o nº ....., endereço completo ....., neste ato representado por: nome e prenomes....., nacionalidade....., estado civil....., profissão....., inscrito no CPF sob o nº....., portador do RG nº....., tendo por endereço eletrônico....., com endereço institucional à ....., DECLARA, sob as penas da Lei que:

A) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

B) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

C) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

D) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

E) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

F) Para fins do disposto no Inciso III do Artigo 1º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu Artigo 3º e está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido no Capítulo V – Seção Única daquela Lei Complementar. Declaro ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos Incisos do §4º do Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006. ( ) SIM | ( ) NÃO.

G) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, bem como não se acha declarado inidôneo ou suspenso do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, estando ciente da responsabilidade de declarar ocorrências posteriores.

H) Os dados para eventual celebração de contrato/ARP do(s) representante(s) legal(is) da empresa são:

NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF sob o nº ....., portador da C.I. ...., órgão expedidor, endereço profissional.

I) Apresenta as seguintes informações de contato: endereço eletrônico ..... e telefone ..... , para envio de documentos e realização de contatos oficiais da Prefeitura Municipal de ARACITABA.

J) Apresenta os seguintes dados bancários:

Instituição Financeira:

Agência:

Conta:

Varição:

Assume, ainda, inteira responsabilidade pela veracidade de todas as informações prestadas.

Local, data.

ASSINATURA